CAD
Desde 1988 a percorrer os caminhos da inclusão
página 6

AGUALVA
Freguesia onde memória e natureza se encontram
página 3

GRATER 25 ANOS 1995-2020

GRATER – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

OLHAR O MUNDO RURAL

N.º 40 . fevereiro/2022 • grater@grater.pt • www.grater.pt • www.facebook.com/grater.pt • distribuição gratuita

ESTE SUPLEMENTO INTEGRA O JORNAL DIÁRIO INSULAR E NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE

PRORURAL+ · Governo dos Açores · PORTUGAL 2020 · UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural – A Europa investe nas zonas rurais

ENTREVISTA COM ANA SOUTO
presidente da Federação Minha Terra

ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DEVEM SER PARCEIRAS NA GOVERNAÇÃO

A nova presidente da Federação Minha Terra, Ana Souto, defende que as associações de desenvolvimento local têm uma palavra forte a dizer na "construção do desenvolvimento do país". páginas 4 e 5

FÁTIMA AMORIM
Vice-presidente do Conselho de Administração da GRATER

EDITORIAL

No ano de 2021, o LEADER comemorou 30 anos. Foram 30 anos de trabalho de homens e mulheres, que acreditam que através deste movimento podem contribuir para a defesa das comunidades e dos territórios mais fragilizados, do nosso "Mundo Rural".

Desde o seu aparecimento, que o LEADER, foi considerado algo de inovador, um movimento independente, feito pelas pessoas, para as pessoas, com uma nova forma de governança, onde os vários atores de um território, tiveram acesso a recursos financeiros para em conjunto atuarem na vida pública, empenhando-se na procura de soluções que contribuíssem para o desenvolvimento dos nossos territórios.

O "Mundo Rural" deve ser pensado como um espaço de oportunidades de emprego, de educação, de formação, de apoio social, e de atividades básicas que promovam a permanência dos seus habitantes.

Numa altura em que se decide o futuro do LEADER, em Portugal, é essencial continuar a implementar medidas que visem o empreendedorismo, a promoção do emprego sustentável e com qualidade, a promoção da inovação social e criação de respostas a problemas de pobreza e de exclusão social, com o objetivo de contrariarmos o despovoamento, que muitas vezes se verifica nos territórios rurais.

Para o desenvolvimento do trabalho no âmbito do LEADER é fundamental a preparação e capacitação dos Grupos de Ação Local, de forma a estarem preparados para os nossos desafios que temos pela frente, nomeadamente a transição digital, as alterações climáticas, a bioeconomia, a economia verde e azul, por forma a tornar os nossos territórios mais atrativos em termos de qualidade de vida.

A GRATER à semelhança do que aconteceu no passado continuará a apresentar-se como um agente de desenvolvimento local, respeitando os 7 princípios porque se norteia o LEADER: estratégias locais de desenvolvimento por zona; abordagem ascendente na elaboração e execução de estratégias; parcerias locais dos setores público e privado; grupos de ação local; ações integradas e multissetoriais; inovação; cooperação e ligação em rede.

Vamos continuar a contribuir para o desenvolvimento do nosso "Mundo Rural".

OPINIÃO

Abordagem Leader: o próximo desafio

GABRIELA VENTURA
ex-gestora do Programa de Desenvolvimento Rural

No limiar de um novo ciclo europeu, é importante reflectir e retirar conclusões para o futuro do Leader. Essa reflexão deve partir do legado indiscutível dos últimos 30 anos, enfrentar dificuldades e constrangimentos e procurar o posicionamento certo face aos desafios que se colocam. Sem perder a identidade própria da abordagem Leader, mas com racionalidade e profissionalismo crescentes.

Ao percorrer o País, ninguém fica com dúvidas das virtualidades de uma abordagem transversal do mundo rural, desenvolvida de forma descentralizada, com proximidade e ajustamento às características de cada território e como complemento do investimento agro-florestal, verdadeiro motor do desenvolvimento desses territórios.

Os resultados do trabalho desenvolvido pelas associações de desenvolvimento local falam por si. No turismo rural, ontem tão atacado, hoje tão valorizado; na valorização do património; na divulgação dos produtos de excelência de cada região; na dinamização de microempresas; na atracção e fixação de quadros jovens e qualificados.

É no entanto verdade que, ao nível nacional, nos últimos anos, se perdeu algum do dinamismo e visibilidade revelados em quadros comunitários anteriores. A chamada abordagem multifundos e a utilização das associações para a gestão de medidas agrícolas foram factores que contribuíram para a dispersão, asfixia burocrática e falta de visibilidade da abordagem Leader, com prejuízo dos territórios.

Neste contexto, a opção feita nos Açores, de dar continuidade - em termos de modelo de governação e linhas de financiamento - ao que no passado tinha dado provas de funcionar bem, é de sublinhar. Porque é uma excepção à tendência nacional de começar tudo do zero no início de cada quadro comunitário e de prosseguir sempre o caminho mais complicado; e sobretudo porque deu frutos: a execução dos fundos Leader nos Açores é sensivelmente o dobro da que se verifica no Continente.

É também de sublinhar a aposta muito ajustada, em matéria de linhas de financiamento, às necessidades e especificidades da Região. Com foco no potencial turístico; na dinamização de microempresas; na valorização do extraordinário património natural e cultural do território; com uma abordagem oportuna da questão energética; com uma aposta forte no mar; mas sem esquecer o vector social, com acções de grande proximidade, dirigidas ao combate à pobreza.

É por isso importante não perder o pragmatismo com que se enfrentou a transição para o actual quadro comunitário, que já deu boas provas.

Desde logo continuar, reforçar, potenciar o que correu bem, com um foco no ajuste permanente às efectivas necessidades e potencialidades do território; e manter - no quadro do estrito cumprimento das regras - uma aposta forte na agilidade e simplicidade da gestão, ainda mais importante face às dificuldades logísticas próprias da Região.

Mas também não perder a oportunidade de jogar um papel importante no quadro das principais prioridades do mundo de hoje. A preocupação com a alimentação, o clima e o ambiente, a desertificação e a coesão do território, colocam o sector agro-florestal e o mundo rural no epicentro dos desafios do futuro próximo. As associações de desenvolvimento local têm aqui um contexto propício para capitalizar o seu conhecimento e a sua inequívoca experiência de trabalho nos territórios rurais. Tendo presente que o Mundo é hoje muito diferente - e sobretudo muito mais exigente - do que era há 30 anos atrás.

Finalmente, deve ser feito um esforço adicional em matéria de articulação nacional da abordagem Leader. Desde logo porque o trabalho em rede é uma vertente indissociável do sucesso desta abordagem; mas sobretudo porque, quando privilegiamos - e bem - a autonomia, a descentralização e a proximidade, devemos simultaneamente cuidar da articulação de objectivos e da capitalização dos resultados a nível global. Só assim se conseguirá dar efectiva expressão de política pública nacional à abordagem Leader.

ESPAÇO ASSOCIADO

JUNTA DE FREGUESIA DA AGUALVA

A ponte para o futuro

A junta de freguesia da Agualva aposta em projetos que recordam a história ligada à moagem e mostram uma natureza única.

Na Agualva, há uma ponte que marca o sítio onde a freguesia começou. Era ali que se iniciava o desvio da água que movia as azenhas. Chegaram a ser perto de cinco dezenas, a moer o cereal que alimentava toda a ilha.
A moagem na Agualva constituiu, até meados do século XX, o principal tecido industrial da ilha Terceira. "Vinham, todos os dias, até aos anos 50, 60, dezenas de carroças e de burros, carregados de cereal, milho e trigo, que era moído aqui", conta Hélio Rocha, que parte para o segundo mandato como presidente da Junta de Freguesia.
Um projeto apresentado à Grater e já aprovado pretende reabilitar essa ponte, numa zona de lazer, que se liga depois a um trilho, que conduz a outros dois projetos, um já executado e outro em execução.
Foi aprovado, em 2017, ainda com o anterior executivo, o projeto de reconstrução do edifício dos moinhos da Rua do Saco. Surgiram recuperadas duas casas, uma maior e outra mais pequena, anteriores azenhas existentes junto à margem da ribeira da Agualva.
"Depois, já nós, candidatámos um projeto denominado 'As Engrenagens da Nossa Memória', que consiste em reconstituir nestes edifícios as engrenagens dos moinhos. Instalar todas as engrenagens, de forma a recriar o sistema de funcionamento de uma antiga azenha", precisa Hélio Rocha.
Esse segundo projeto está a ser desenvolvido e algumas peças estão já concluídas.
Em 2021, foi criado o projeto "Na Ponte da Nossa História", que assenta em melhoramentos na zona de lazer das Frechas.

Está lá a tal ponte que atravessa a ribeira de águas cristalinas, feita de madeira e que a Junta de Freguesia quer substituir por uma estrutura mais segura. Também havia uma mata de eucaliptos, que foram cortados, tomando o seu lugar espécies endémicas. Há mesas e grelhadores.
Agora, vão surgir telheiros sobre as mesas, placas identificativas das espécies endémicas, acessos para pessoas portadoras de deficiência. As casas de banho serão eletrificadas a partir de renováveis e serão instaladas duas ilhas ecológicas com ecopontos pequenos.
Numa zona de miradouro, quer-se desenhar, com calçada, um mapa alusivo à ilha Terceira. A candidatura já foi aprovada e a Junta de Freguesia parte agora para a contratação pública. No fundo, há ali uma ligação entre o passado e o presente. "A ponte simboliza isso", resume Hélio Rocha.

APROVEITAR A MUDANÇA

Para Hélio Rocha, a parceria com a GRATER tem sido importante. "Em quatro anos, trabalhámos com três projetos da GRATER. Sendo uma junta com meios de financiamento manifestamente insuficientes para aquelas que são as ambições e os projetos que possamos desenvolver, vamos à procura de financiamento alternativo e a GRATER aparece como uma boa solução", resume.
O autarca sabe que pequenos projetos podem representar mudanças muito maiores. Em 2020, quando a pandemia de Covid-19 desacelerou a atividade económica e as viagens, foram milhares as pessoas que foram à Agualva percorrer o trilho que começa junto aos moinhos e termina na zona de lazer das Frechas.
"Temos tentado incentivar o comércio local para que aproveite este fluxo de gente, no sentido de promover os produtos locais, a restauração oferecer pratos do dia, refeições rápidas... Se conseguirmos trazer mais pessoas à freguesia, essas pessoas tenderão a consumir mais na freguesia", assinala Hélio Rocha.
A Agualva permanecerá sempre uma freguesia rural, um tanto desviada das duas cidades da ilha e de grandes investimentos económicos ou habitacionais. "Temos de nos diferenciar pelo que somos bons. Quando olho para a Agualva, percebo que tem esta história rica, ligada à moagem. Depois, temos a questão natural, a única ribeira de caudal permanente da ilha, limpa, que permite que as pessoas possam usufruir dela, até tomando banho", afirma.
A isso, junta-se a proximidade com o Pico Alto, que estende o tapete a atividades como a caminhada, o geocaching ou o todo o terreno. A perfeita ligação entre história e natureza.

ENTREVISTA

ANA SOUTO, PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA FEDERAÇÃO MINHA TERRA

Associações de Desenvolvimento Local devem ser "efetivos parceiros no processo de governação"

A presidente da Federação Minha Terra defende que a evolução do LEADER passa pela "consolidação das governanças locais", por um diálogo institucional mais estreito e por temáticas atuais, desde as alterações climáticas até às cadeias curtas na agricultura.

Assumiu recentemente a presidência da Federação Minha Terra. Que trabalho tem sido desenvolvido pela Federação, numa altura em que está a decorrer a negociação das medidas de desenvolvimento local e do LEADER, para o próximo período de programação?
A preocupação da Federação Minha Terra tem-se centrado com muita ênfase na negociação do próximo período de programação – evidentemente não descurando outras questões da nossa intervenção tal como a implementação do Regime de Transição no âmbito dos PDR até 2023; o apoio à atividade das associadas; a assunção de tomadas de posição perante temáticas prementes – mas, essencialmente, confrontando o governo para o reforço do LEADER/DLBC nos diferentes programas. Foi o que expressámos com veemência nas consultas públicas sobre o PEPAC e o Acordo de Parceria e na comunicação pública que difundimos, apelando a uma aposta no DLBC enquanto abordagem multifundo, bem como a uma territorialização das medidas e apoios e, em termos gerais, de uma política pública consentânea e preocupada com os territórios rurais e suas especificidades.

Em 2021, celebrou-se os 30 anos do programa LEADER em Portugal. Que balanço faz da sua implementação e do trabalho das Associações de Desenvolvimento Local e Grupos de Ação Local (ADL/GAL)? E de que forma vai esta abordagem evoluir nos próximos anos?
Os 30 anos do Programa LEADER são a prova inequívoca da importância e qualidade do trabalho desenvolvido pelas ADL/GAL. As evidências estão à vista de todos. Basta ir aos territórios para constatar a panóplia de projetos, ações e iniciativas desenvolvidos ao longo dos anos em sectores transversais a toda a economia e sociedade. Obra física e obra imaterial que perdura quer seja na valorização das identidades e autoestima das comunidades, no apoio à pequena agricultura, à produção e comercialização de produtos agrícolas e à diversificação de atividades económicas, à preservação dos valores e usos e costumes locais, à dinamização dos circuitos curtos agroalimentares e mercados locais, ao apoio à ação social e associativismo, à renovação de aldeias, ao turismo em espaço rural, à animação no seus formatos de capacitação, formação e valorização dos ativos endógenos, ao apoio a micro e pequenas empresas e criação de emprego, entre tantos mais exemplos. São milhares os projetos aprovados ao longo destas três décadas pelos GAL (atualmente em número de 60) sempre com suporte num trabalho de cooperação, em rede e em que as parcerias locais definem e implementam estratégias de intervenção com suporte nas características, necessidades e anseios das suas populações. O país integra várias dimensões, várias escalas e comporta territórios dentro de um território, cada qual com problemas específicos a que as Estratégias de Desenvolvimento Local respondem. É fundamental a apreensão destas diferenças: dos constrangimentos demográficos e de acessibilidades; das dinâmicas socioeconómicas deficitárias; das problemáticas diversas associadas à interioridade ou insularidade, face aos quais os instrumentos de planeamento devem contribuir para diminuir as assimetrias e construir regiões mais coesas, com mais oportunidade e equidade. A evolução do LEADER passa pela consolidação das governanças locais, por um diálogo mais próximo e eficiente com/entre os interlocutores institucionais e por uma inclusão de temáticas associadas às problemáticas atuais, como as implicações das alterações climáticas e a necessidade de criar novas respostas ao nível da eficiência energética e utilização de recursos naturais; a diminuição do impacto das socie-

dades sobre o meio ambiente; uma valorização das cadeias de valor, nomeadamente das produções agrícolas dinamizando cadeias curtas; uma concertação com os ODS –Objectivos do Desenvolvimento Sustentável ; uma maior acessibilidade física e digital, etc.

Portugal entregou, a 30 de dezembro, à Comissão Europeia, o seu Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) para o período 2023-2027. Que mudanças antevê para o LEADER / DLBC, em Portugal?
Ainda estamos expectantes de uma afinação dos instrumentos de programação que satisfaça efetivamente as especificidades de cada território, ou seja, que contemple abordagens de proximidade, adaptadas às realidades locais e de natureza multifundo, como se constitui ou deveria constituir o DLBC. O PEPAC e o Acordo de Parceria ainda são documentos em aberto que aguardam finalizações de natureza política. A não ocorrerem as mudanças que exigimos, antevemos um recuo na aplicação de políticas territorializadas e um consequente retrocesso no desenvolvimento destes territórios, por tal não cederemos nas nossas pretensões, nem de lutar para que estas mudanças venham a concretizar-se.

Quais deveriam ser as áreas de intervenção da Abordagem LEADER, no âmbito da PAC 2030?
As Estratégias de Desenvolvimento Local devem poder mobilizar recursos, tanto da PAC 2030, como de outros fundos comunitários, que permitam uma intervenção transversal, intersectorial, em muitas das áreas que já referi e noutras que representam os novos desafios societais, nas suas declinações locais. Sempre com a flexibilidade necessária para se ajustarem às necessidades e expectativas de cada território. Para além disto, há um aspeto muitas vezes menosprezado e que consideramos fulcral e distintivo na atuação das ADL/GAL, a intervenção de animação territorial, ou seja na dinamização socioeconómica dos territórios

Qual é, na sua opinião, a importância das Associações de Desenvolvimento Local e dos Grupos de Ação Local, quer na implementação da abordagem LEADER, quer na aplicação dos fundos estruturais?
As ADL/GAL dão respostas territoriais, incidindo a sua atuação nas especificidades locais. É esse o seu grande talento, realçar a identidade e valorizar o único, captar recursos e aproximar as políticas ao local, criar dinâmicas próprias e adequadas às necessidades e expectativas das comunidades numa lógica de incrementar e animar o território para o desenvolver. Constituem-se como entidades de grande proximidade com as populações, referenciais de confiança na sua ação local e regional, suporte de dinâmicas de valorização e incremento das economias locais. Na maior parte das situações, dispõem de equipas técnicas constituídas por recursos humanos qualificados e com competências diferenciadas em regiões em que os mesmos escasseiam. Aliás, também, na maioria dos casos, estes recursos humanos são, eles próprios, recursos do território, constituindo-se como centro de competências à disposição das comunidades que servem.

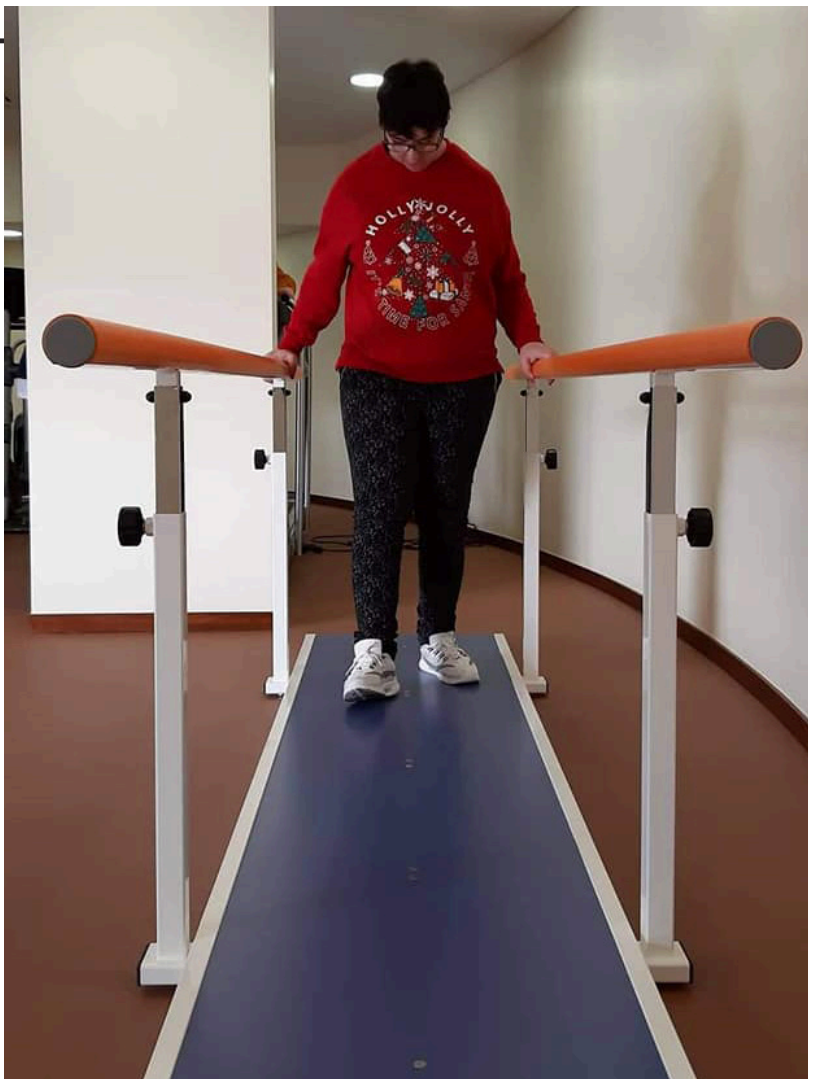
Quais são os grandes desafios dos Grupos de Ação Local, destas associações e do desenvolvimento rural em Portugal?
Serem reconhecidas como efetivos parceiros no processo de governação e na construção do desenvolvimento do país, num modelo de governação suficientemente interativo que potencie o trabalho de todos os agentes e atores e que promova aquilo a que designamos governança local, em que as vozes, vontades e expectativas das comunidades são consideradas. Ainda está a falhar o diálogo, a articulação e a transparência de procedimentos por parte das "tutelas". O processo de descentralização que envolve atores de fora da administração pública sofre de resistências sistémicas que importa contrariar.

Que mensagem gostaria de deixar às associações de Desenvolvimento Local e Grupos de Ação Local?
Que mantenham a garra, empenho, determinação, profissionalismo e dedicação em grau idêntico aos dos últimos 30 anos, na sua qualidade de agentes de desenvolvimento de proximidade para e com as comunidades dos territórios rurais e que mantenham também a sua têmpera e resistência com suporte nos princípios basilares do LEADER. A Federação Minha Terra manter-se-á como agente de mediação, de concertação mas essencialmente como porta-voz da intervenção das ADL/GAL, não baixando nem braços nem voz na sua defesa e, por inerência, dos territórios que estas representam.

PROJETOS EXEMPLARES

CAD- CENTRO DE APOIO À DEFICIÊNCIA

No caminho da inclusão



Tem sido um longo percurso para o CAD-Centro de Apoio à Deficiência. A instituição foi fundada em 1988. Passou, primeiro, por pequenos espaços na Praia da Vitória, onde faltava grande parte das condições para dar resposta a pessoas com necessidades especiais. Em 2016, foi inaugurado o grande e novo edifício no centro da cidade, que a tesoureira do CAD, Fátima Homem, descreve como um "passo de gigante".

O CAD começou por ter 12 utentes, mas conta hoje com 35. Um projeto apoiado através do programa PRORURAL+ (cerca de 63 mil euros, comparticipados a 100%) permitiu ao centro passar de uma carrinha de nove lugares, para um minibus adaptado com capacidade para 17 passageiros. Foi também com parte da verba que foi equipado um ginásio terapêutico.

"Era importantíssimo adquirirmos mais um veículo. Foi nessa situação que recorremos à GRATER", refere Fátima Homem.

No ginásio terapêutico, estão várias máquinas de função cardiorrespiratória, barras paralelas e um equipamento que simula umas escadas adaptáveis, entre outras coisas. "O objetivo é sempre tentar trabalhar a parte músculo-esquelética dos utentes, porque muitos deles têm mobilidade reduzida. Tudo está orientado para a reabilitação física dos utentes", afirma Fátima Homem.

O CAD tem vindo a apostar, cada vez mais, no bem-estar físico dos seus utentes. Criou a Associação Desportiva do CAD, com 10 atletas federados no atletismo adaptado, que têm ganho competições. Também estão lá atletas que praticam tricicleta, boccia, natação ou equitação.

"A recompensa disto é a alegria deles", conta Fátima Homem.

A mesma alegria que sentem, sempre que chega o minibus à porta de casa, moderno e com o rádio a tocar música: "As pessoas não ligam muito a isto, mas, para quem está nas instituições, o transporte é um momento de convívio entre os utentes. O bem-estar deles tem continuidade na saída de casa. São pequenas coisas que, para as pessoas ditas normais, não têm grande importância, mas que alegram e fazem parte do bem-estar destas pessoas".

MEDICABULUM ANGRA DO HEROÍSMO

A clínica que sorri à inovação

A história da Clínica Cirúrgico-Dentária Medicabulum começa em 1995, em Cascais, mas envolve a ilha Terceira a partir de 2001, quando abriu a Medicabulum Angra do Heroísmo.

Ou, talvez, como explica Vanessa da Costa, sócia-gerente, tudo tenha estado sempre ligado. Para ela, criar uma segunda clínica na Terceira foi um regresso a casa.

"Sou terceirense e o meu marido também viveu na ilha 10 anos. Sempre foi uma coisa que nós gostávamos, ter aqui uma clínica. É quase uma desculpa. Estamos a trabalhar, mas num sítio que adoramos", afirma.

Com esse regresso, trouxeram outra abordagem. O diretor clínico da Medicabulum, Nuno Cintra, marido de Vanessa da Costa, é o único médico dentista especialista em Cirurgia Oral nos Açores, "proporcionando tratamentos diferenciados na nossa comunidade".

A clínica de Angra centra-se na medicina dentária e odontologia. Oferece serviços que vão desde consultas, implantologia, prostodontia, dentisteria estética, ortodontia, cirurgia e patologia oral, odontopediatria, periodontologia, entre outros.

Um projeto submetido ao PRORURAL+, através da GRATER, permitiu modernizar equipamentos e adaptá-los aos "tempos atuais". A taxa de comparticipação foi de 50%, com um montante de apoio de 10.574.42 euros.

Num contexto de pandemia, deram o passo de adquirir um raio-x digital e 3D, que agiliza o trabalho e permite um menor manuseamento de materiais. "Agora tudo vai, automaticamente, para os computadores dos médicos", explica a sócia-gerente.

Vanessa da Costa considera que o papel da GRATER é "muito importante, porque faz com que exista motivação para investir em equipamento sempre novo e moderno".

"É uma grande ajuda, para todas as empresas", assegura.

NOTÍCIAS

Plano Estratégico de Portugal para a PAC privilegia agricultura mais "verde"

A ecologia está no centro do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) para o período 2023-2027, entregue pelo Ministério da Agricultura à Comissão Europeia, a 30 de dezembro.

"É necessário apoiar os agricultores na adoção de modos de produção sustentáveis, com destaque para as intervenções na agricultura biológica (6% do plano financeiro)", defendeu o ministério.

Os objetivos são concretos, com a percentagem de superfície agrícola utilizada para agricultura biológica a passar para cerca de 19% até 2027, conforme define o plano.

O futuro da Política Agrícola Comum encontra sustentação no Pacto Ecológico Europeu.

Em 2019, a área dedicada em Portugal à agricultura biológica era de 8,2%. Aproximava-se da média da União Europeia, de 8,5%.

De acordo com a declaração estratégica do PEPAC português, existirá um "esforço de contribuição para a meta UE através da adoção do modo de produção biológico (conversão e/ou manutenção) por parte de sistemas agrícolas, alargando este quadro de apoio aos sistemas pecuários".

"É fundamental apoiar os produtores na adoção de modos de produção mais sustentáveis, nomeadamente a agricultura biológica, e incentivar a utilização de produtos fitossanitários e medicamentos para animais menos prejudiciais ao ambiente, assim como promover o bem-estar animal", é reforçado.

São objetivos "promover práticas tendentes ao uso eficiente e sustentável dos recursos naturais, a redução da utilização de pesticidas e a gestão de nutrientes"

Para uma gestão sustentável das pastagens, "existem várias intervenções de apoio à respetiva área, representando 3% em termos financeiros".

A aplicação da PAC em Portugal conta, segundo o Quadro Financeiro Plurianal 2021-2027 , com perto de 10.000 milhões de euros. O envelope financeiro do PEPAC é de mais de 6.800 milhões de euros.

O PEPAC deverá ser agora analisado pela Comissão Europeia. A aplicação arranca a um de janeiro de 2023.

GRATER reúne com juntas de freguesia

A GRATER – Associação de Desenvolvimento Regional, reuniu com todas as juntas de freguesia da sua zona de intervenção, no sentido de apresentar e solicitar colaboração no projeto "Smart Islands".

Estes encontros tiveram lugar em Angra do Heroísmo a 4 de janeiro, na Praia da Vitória, no dia 5, e em Santa Cruz da Graciosa, a 13 do mesmo mês.

O projeto de cooperação envolve os quatro Grupos de Ação Local dos Açores, gestores da submedida 19.2 do PRORURAL+ na RAA: ADELIAÇOR | GRATER | ASDEPR | ARDE e reúne também os 19 municípios da Região Autónoma dos Açores.

A ideia de tornar os Açores um destino turístico inteligente depende da colaboração de todos pelo que a GRATER considerou relevante o contacto direto com o poder local.

Calendário de avisos ao PRORURAL+ para 2022

Está definido o calendário de avisos ao PRORURAL+ para este ano, relativos à submedida "19.2- Apoio à Realização de Operações do Âmbito das Estratégias de Desenvolvimento Local- (EDL)", apresentando as seguintes datas:

Intervenção "6.4- Investimento na Criação e no Desenvolvimento de Atividades não Agrícolas" com período para apresentação de candidaturas de 02-05-2022 a 07-07-2022.

Intervenção "7.4- Investimentos em serviços básicos locais", com período para apresentação de candidaturas de 07-02-2022 a 07-04-2022.

Intervenção "7.5- Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas" com período para apresentação de candidaturas de 04-04-2022 a 02-06-2022.

Intervenção "7.6- Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental", com período para apresentação de candidaturas de 07-02-2022 a 07-04-2022.

NOTÍCIAS

Plano de uma década para a vitivinicultura

"Mais exportação de vinhos, mais produção, mais capacidade de transformação, mais mão-de-obra, mais ciência, mais ligação à terra e mais criação de emprego em todas as ilhas".

Foram estes os objetivos traçados pelo secretário regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, António Ventura, a 10 de janeiro, quando foi apresentado o Plano Estratégico da Vitivinicultura para a Região Autónoma dos Açores.

Colocado em consulta pública, este é um plano que deverá começar a ser desenvolvido ainda em 2022, mas que assenta numa visão para uma década.

De acordo com António Ventura, o documento contém 18 medidas e 58 ações. "Pretende recuperar o tempo perdido e perspetivar no futuro um desenvolvimento que tem a ver com a criação de emprego, com a fixação de pessoas e com a diversificação económica, apostando na vinha, no vinho e nos produtos", disse.

ENOTURISMO

Entre as medidas, estão um livro branco para o enoturismo e a criação da "Rota dos Vinhos dos Açores". "Há cada vez mais turistas a procurar, a apreciar e a comprar o vinho e a referenciar as zonas pela produção de vinho", considerou o secretário regional com a pasta da Agricultura.

"É uma área com fortíssimo potencial na nossa região e que muito poderá contribuir para o sucesso do setor vitivinícola regional e para a nossa economia", reforçou António Ventura.

O Instituto da Vinha e do Vinho é também para avançar este ano, garantiu. Este organismo "irá fazer o acompanhamento, controlo e fomento do setor vitivinícola regional, bem como ajudar na definição das políticas do setor e sua execução", especificou o governante.

Outro organismo que deve ser criado é Observatório da Vinha e do Vinho dos Açores. Este poderá trabalhar em áreas como a elaboração de relatórios sobre a execução do Plano Estratégico, o acompanhamento do programa VITIS ou a sugestão de estratégias para campos como a formação profissional ou a promoção e comercialização de produtos vitivinícolas regionais.

A apresentação do Plano Estratégico para a Vitivinicultura dos Açores teve lugar na Adega Cooperativa dos Biscoitos.

Este documento teve em conta contributos de perto de meia centena de personalidades, muitas com créditos firmados na viticultura e enologia, a nível regional, nacional e internacional.

O documento pretende ser transversal a toda a região, mas recomenda que sejam desenvolvidos também planos por ilha.

CURIOSIDADES do mundo rural

As "filhoses", um sabor que viajou

Sem elas, não parece Carnaval. Filhó, filhós, filhoses, malassadas... São iguarias doces e fritas com origem em Portugal continental, depois na Madeira e que ganharam vários nomes e diferentes receitas no espaço da Macaronésia.

"Devido à mobilidade arquipelágica, existente no espaço geográfico da Macaronésia, no decorrer dos séculos XVI e XVII, facilmente esta tradição chega aos arquipélagos vizinhos dos Açores e Canárias e mais tarde ao Brasil, mas com algumas mutações ao nível linguístico e do seu receituário e, ainda, no modo de confecionar", explica o site "Azores Taste".

Também no século XIX, os emigrantes que saíram dos Açores e da Madeira levaram na memória as receitas, que passaram para as próximas gerações.

Na ilha Terceira, este doce de massa frita, ou então a versão de forno recheada com creme aromatizado com limão, sabe a danças e bailinhos de Carnaval.

Este ano pode ser ainda de pandemia e manter os palcos das sociedades da ilha vazios, mas provar um bocadinho do Carnaval está sempre acessível, até porque os ingredientes não podiam ser mais simples.

Farinha, ovos, manteiga, fermento, açúcar, sal, canela... E sai uma pequena maravilha que nos diz que o Entrudo chegou.

FICHA TÉCNICA **Diretora:** Paula Sousa » **Coordenadora:** Carmen Toste » **Técnicas Superiores de Desenvolvimento:** Sancha Gaspar e Luísa Andrade » **Técnicas de Desenvolvimento:** Isabel Gouveia e Iria Pinheiro » **Edição:** GRATER » **Grafismo/Impressão:** Diário Insular » **Propriedade:** GRATER – Associação de Desenvolvimento Regional. Rua do Hospital, nº 19, 9760 – 475, Praia da Vitória. grater@grater.pt. www.grater.pt. Tel: 295 902 067/8. » www.facebook.com/grater.pt